

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – SESDEM**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.001199/2025-29)**

Torna-se público que a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar Municipal nº 190, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

|                                                         |                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ÓRGÃOS INTERESSADOS:</b>                             | SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO                         |
| <b>DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:</b>             | 02/03/2026 Às 09h00min.                                                                               |
| <b>DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:</b>              | 10/03/2026 Às 23h59min.                                                                               |
| <b>DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:</b>                 | 13/03/2026 Às 08h59min.                                                                               |
| <b>DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:</b> | 13/03/2026 Às 09h00min.                                                                               |
| <b>LOCAL:</b>                                           | <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a> |
| <b>MODO DE DISPUTA</b>                                  | <b>ABERTO</b>                                                                                         |

### 1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de tintas de demarcação viária, tiner e microesferas de vidro, para implantação da sinalização viária horizontal no município de Mossoró/ RN.

1.2. A licitação será dividida lote único.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência o licitante deverá obedecer a este.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal de Compras Públicas, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, os que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Não poderão disputar esta licitação:

4.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto,

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O impedimento de que trata o item 4.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, acompanhada da certidão de infrações trabalhistas emitida pelo ministério do trabalho;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.8.

6.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado ou Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **após decorridas vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada,

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A ME ou EPP local, melhor classificada dentro da margem de 10%, será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação.

7.19.5.1. No caso das microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas no município de Mossoró** que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.5.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte LOCAL melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.5.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.6. Se for o caso, será obrigatório o envio do **catálogo ou prospecto do produto ofertado**, juntamente com a proposta de preços.

7.21.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **8. DA FASE DE JULGAMENTO:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, se for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 deste edital, devendo observar o que dispõe o art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. conter vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta com a apresentação de documentação complementar, tais como notas fiscais, ordens de serviços, empenhos e cópias de contratos.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

### 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá enviar os seguintes documentos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando o procedimento disposto neste Edital:

9.10.1. **Habilitação jurídica:**

9.10.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.10.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.10.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.10.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.10.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.10.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.11. **Qualificação Econômico-Financeira**
- 9.11.1.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.11.1.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.11.1.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:
- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.11.1.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11.1.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.11.2. Em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais. (Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, art. 3º)

### 9.11.3. **Qualificação Técnica**

9.11.3.1. Será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu 50% de Tinta refletiva acrílica à base em solvente na cor “branca” e Tinta à base de resina acrílica emulsão em água na cor “branca” compatíveis com o objeto da licitação.

9.11.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.11.4. As embalagens dos produtos embalagens devem conter laudo de aprovação das tintas, completo, com requisitos quantitativos e qualitativos, nas cores: branca, amarela, preta, azul e vermelha, emitidos por laboratório credenciado pela ABIPTI/ INMETRO; bem como da respectiva microesfera de vidro e solvente.
- 9.11.5. Será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou encaminhe, juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o comprovante de registro do fabricante dos produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA, bem como o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, e legislação correlata.
- 9.11.6. Deverá ser apresentado, ainda, o Certificado de Regularidade e o Cadastro Técnico Federal do FABRICANTE, emitidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em conformidade com a Lei Federal nº 10.165/2000.
- 9.11.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.11.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.11.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.11.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.11.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.11.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.11.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 9.11.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.11.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

9.13.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. No caso de diligência, o envio dos documentos para habilitação deverá observar o prazo disposto no item 9.12.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. **O Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de documentos que comprovem condições preexistentes à data de abertura da sessão pública, desde que sua ausência decorra de erro material, equívoco ou falha na juntada pelo licitante, conforme entendimento da Advocacia-Geral da União, expresso no Parecer nº 00002/2025/CNLCA/CGU/AGU. A diligência não poderá ser utilizada para a inclusão de documentos com data posterior à abertura do certame. A complementação documental deverá ser realizada em um prazo mínimo de 02 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo o prazo exato determinado conforme análise do Agente de Contratação.**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

### **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 41 a 43 da Lei Municipal 190 de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.1.9. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 13.1.10. advertência;
  - 13.1.11. multa;
  - 13.1.12. impedimento de licitar e contratar e
  - 13.1.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 13.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 13.2.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 13.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 13.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 13.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
  - 13.3.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 13.3.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A IMPUGNAÇÃO poderá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis integralmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acessível em [www.pcpn.gov.br](http://www.pcpn.gov.br); no Portal de Compras Públicas, por meio do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>; e também no site oficial da Prefeitura Municipal de Mossoró, disponível em [www.prefeiturademossoro.com.br](http://www.prefeiturademossoro.com.br)

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.**

**ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CONFECÇÃO DAS MINUTAS DE  
EDITAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

---

**Alessandra Karoline Sousa Teixeira**  
Coordenadora de Estudos Técnicos Preliminares  
Matrícula nº 52136103

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de tintas de demarcação viária, tiner e microesferas de vidro, para implantação da sinalização viária horizontal no município de Mossoró/ RN. Visando atender as demandas do setor de manutenção viária juntamente a gerência de engenharia e planejamento desta secretaria executiva. Aquisição destes materiais, deve ser de acordo com as especificações constadas na planilha do item 3 deste Termo de Referência.

##### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. O material será utilizado nas vias do município de Mossoró/ RN, sendo feita a implantação e manutenção das sinalizações horizontais, tais como, faixas de pedestres, marcas longitudinais, áreas de conflito entre outros, especificado no manual de sinalização horizontal. Atendendo a uma real necessidade da cidade, chamando atenção dos usuários e orientando-os para uma boa fluidez e segurança no tráfego. Pois possibilita o tempo adequado para uma ação correspondente, disciplinando e fazendo com que respeite a sinalização existente na via.

##### 3. ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

3.1. A seguir, são descritos os materiais do Lote 01 e seus devidos parâmetros de especificação. Em sequência, é apresentada à Memória de Cálculo.

#### Lote 01

| ITEM | CÓDIGO         | DESCRIÇÃO                                                         | UNIDADE | VALOR UNIT. | QUANT. | VALOR TOTAL    |
|------|----------------|-------------------------------------------------------------------|---------|-------------|--------|----------------|
| 1    | M2027<br>SICRO | Tinta à base de resina acrílica estirenada para demarcação viária | L       | R\$ 33,93   | 1.827  | R\$ 61.990,11  |
| 2    | M2036<br>SICRO | Tinta à base de resina acrílica emulsionada                       | L       | R\$ 22,22   | 10.260 | R\$ 227.977,20 |

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

|                    |                |                                                  |                       |              |       |               |
|--------------------|----------------|--------------------------------------------------|-----------------------|--------------|-------|---------------|
|                    |                | em água para<br>demarcação viária                |                       |              |       |               |
| 3                  | M2034<br>SICRO | Solvente para tinta à<br>base de resina acrílica | L                     | R\$<br>16,68 | 1.440 | R\$ 24.019,20 |
| 4                  | M2037<br>SICRO | Microesferas refletivas<br>de vidro tipo I-B     | Kg                    | R\$ 9,34     | 3.750 | R\$ 35.025,00 |
| 5                  | M2038<br>SICRO | Microesferas refletivas<br>de vidro tipo II-A    | Kg                    | R\$ 9,34     | 3.750 | R\$ 35.025,00 |
| <b>VALOR FINAL</b> |                |                                                  | <b>R\$ 384.036,51</b> |              |       |               |

### Memória de Cálculo

| Item 1 (M2027) - Tinta refletiva acrílica (l) | Uni (l) | Quant. | Total (l) |
|-----------------------------------------------|---------|--------|-----------|
| Latão Cor Branca                              | 18      | 35     | 630       |
| Latão Cor Amarela                             | 18      | 25     | 450       |
| Latão Cor Azul                                | 18      | 20     | 360       |
| Latão Cor Vermelho                            | 18      | 15     | 270       |
| Latão Cor Preto                               | 18      | 20     | 360       |
| <b>Total final (l)</b>                        |         | 1.827  |           |

| Item 1 (M2036) - Tinta à base de resina acrílica<br>emulsão em água (l) | Uni (l) | Quant. | Total (l) |
|-------------------------------------------------------------------------|---------|--------|-----------|
| Latão Cor Branca                                                        | 18      | 200    | 3.600     |
| Latão Cor Amarelo                                                       | 18      | 150    | 2.700     |
| Latão Cor Azul                                                          | 18      | 100    | 1.800     |
| Latão Cor Vermelho                                                      | 18      | 70     | 1.260     |
| Latão Cor Preto                                                         | 18      | 50     | 900       |
| <b>Total final (l)</b>                                                  |         | 10.260 |           |

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

| Item 1 (M2037) - Microesferas de vidro refletiva tipo I-B (Kg) | Uni (Kg) | Quant. | Total (Kg) |
|----------------------------------------------------------------|----------|--------|------------|
| Microesferas                                                   | 25       | 150    | 3.750      |
| Total final (Kg)                                               |          | 3.750  |            |

| Item 1 (M2038) - Microesferas de vidro refletiva tipo II-A | Uni (Kg) | Quant. | Total (Kg) |
|------------------------------------------------------------|----------|--------|------------|
| Microesferas                                               | 25       | 150    | 3.750      |
| Total final (Kg)                                           |          | 3.750  |            |

| Item 1 (M2034) - Solvente para tinta à base de resina acrílica | Uni (l) | Quant. | Total (l) |
|----------------------------------------------------------------|---------|--------|-----------|
| Solvente                                                       | 18      | 80     | 1.440     |
| Total final (Kg)                                               |         | 1.440  |           |

**Nota:** A memória de cálculo dos materiais tabelados acima poderá ser modificada às cores, mediante a necessidade de projetos do GEEV/SESDEM.

#### 4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA AS TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA

##### 4.1. Objetivo Geral

4.1.1. Destina-se estabelecer os requisitos básicos mínimos para as tintas à base de resinas epóxi emulsionadas em água, destinada à sinalização horizontal, fornecidas separadamente das microesferas de vidro, que serão utilizados na implantação da sinalização viária horizontal no município de Mossoró/RN.

##### 4.2. Condições Gerais:

4.2.1 A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland;

4.2.2 A tinta, logo após abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas e grumos;

4.2.3 A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições:

- Temperatura do ar entre 10° e 40°C / temperatura do pavimento entre 10° e 45°C;
- Umidade relativa do ar até 90%.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 4.2.4 A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada;
- 4.2.5 A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e ter a consistência especificada, sem ser necessária a adição de outro aditivo qualquer. No caso de adição de microesferas de vidro, respeitar a qualidade e quantidade vigente na norma ABNT- NBR 6831 e/ou NBR 16184;
- 4.2.6 No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:
- Tipo Premix: de 200g a 250g para cada litro de tinta;
  - Tipo drop-on: mínimo de 200g de microesferas para cada m<sup>2</sup> de tinta aplicada.
- 4.2.7 A tinta pode ser aplicada em espessuras, quando úmida, variáveis de 0,4mm com rendimento 45m<sup>2</sup> por balde a 0,6mm com rendimento 30m<sup>2</sup> por balde;
- 4.2.8 A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de tempo de 30 minutos;
- 4.2.9 A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor após aplicação no pavimento;
- 4.2.10 A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e característica de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil;
- 4.2.11 A tinta, quando aplicada sobre a superfície betuminosa, não deve apresentar sangria nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento;
- 4.2.12 A tinta não deve modificar as suas características (não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo) ou deteriorar-se, quando estocada, por um período mínimo de 6 meses após a data de fabricação do material, quando estocada em local protegido de luz solar direta e à temperatura máxima de 30°C, livre de umidade e nunca diretamente no solo;
- 4.2.13 A unidade de compra é o balde com capacidade de 18 (dezoito) litros. Tinta à base de metilmetacrilato monocomponente para demarcação viária;
- 4.2.14 A tinta deve ser fornecida e embalada em recipientes cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem. Estes recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações, atendendo a norma ABNT NBR 14725-3:2017:
- Nome do produto;
  - Nome comercial;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- Cor da tinta;
- Identificação do produto e telefone de emergência do fornecedor;
- Composição química;
- Pictograma(s) de perigo;
- Palavras de advertência;
- Referência quanto à natureza química da resina;
- Data de fabricação e prazo de validade;
- Identificação da partida de fabricação;
- Nome e endereço do fabricante;
- Quantidade contida no recipiente em litros;
- Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos;
- Selos de inspeção (selos que comprovem que o produto passou por um Controle de Qualidade).

4.2.15 A tinta deve conter baixo índice de manchamento e oferece alto desempenho e baixa sujidade. Com uma formulação específica e uma película impermeável sendo ideal para aplicações em locais de alta sujidade e alto VDM.

### 4.3. Condições Específicas

#### 4.3.1. Tinta Acrílica à Base de Epóxi Emulsionada em Água para Sinalização Horizontal

##### 4.3.1.1. Referências Normativas

Deve satisfazer as referências normativas a seguir:

- ABNT NBR 14940, Tintas para construção civil - Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais - Determinação da resistência à abrasão úmida
- ABNT NBR 15438, Sinalização horizontal viária - Tintas - Métodos de ensaio.
- ABNT NBR 16407, Tintas para construção civil - Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais - Determinação de teor de chumbo.
- ABNT NBR 14725-3, Produtos químicos, - informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 3: Rotulagem.
- ABNT NBR 14725-4, Produtos químicos, - informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ).
- ABNT NBR ISO 9000, Sistema de gestão de qualidade - Fundamentos e vocabulário.
- ASTM D 2369, Standard test method for volatile content of coatings.

##### 4.3.1.2. REQUISITOS:

###### 4.3.1.2.1. APARÊNCIA:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.3.1.2.1.1 Os componentes A e B devem se apresentar homogêneos e sem pele quando em embalagem recentemente aberta.

4.3.1.2.1.2 Os componentes não podem modificar suas características ou se deteriorar quando armazenados por um período mínimo de seis meses, após a data de fabricação do material.

4.3.1.2.1.3 Os recipientes dos componentes A e B devem ser cilíndricos e a sua vedação deve garantir a não contaminação dos componentes.

4.3.1.2.1.4 Os recipientes com os componentes da tinta devem ser apresentados em bom estado de conservação e devidamente rotulados.

### 4.3.1.2.2. MATERIAIS:

4.3.1.2.2.1 A resina acrílica deve ser composta por polímeros de epóxi, determinada por espectrograma de radiações infravermelho.

4.3.1.2.2.2 A tinta pronta deve ser isenta dos metais pesados, chumbo e cromo hexavalente, conforme Tabela 1.

### 4.3.1.2.3. APLICAÇÃO:

4.3.1.2.3.1 A tinta, quando aplicada, deve atender à ABNT NBR 15405.

### 4.3.1.2.4. CARACTERÍSTICAS:

4.3.1.2.4.1 As características da tinta pronta para aplicação, misturados aos componentes A e B, constam da Tabela 1 abaixo.

4.3.1.2.4.2 As características da película seca devem atender à Tabela 2 abaixo.

4.3.1.2.4.3 As cores da tinta devem apresentar valores de coordenadas de acromaticidade (x e y) e refletância (Y%) dentro da área definida pelos valores descritos na Tabela 3, sendo ensaiadas conforme ABNT NBR 15438.

Tabela 1 – Requisitos quantitativos

| Requisitos                               | Mínimo | Máximo | Método         |
|------------------------------------------|--------|--------|----------------|
| Consistência (UK)                        | 85     | 95     | ABNT NBR 15438 |
| Pot Life- incremento de viscosidade (UK) | 1      | 10     | 5.1            |
| Teor de chumbo, ppm                      | -      | 90     | ABNT NBR       |

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

|                                              |                                                            |                                                            |                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------|
|                                              |                                                            |                                                            | 16407          |
| Cromo hexavalente                            | Ausente                                                    |                                                            | ABNT NBR 15438 |
| Tinta branca, % de TiO <sub>2</sub>          | 7                                                          | -                                                          | ABNT NBR 15438 |
| <b>Espessura úmida</b>                       | <b>Sem premix</b>                                          | <b>Com premix</b>                                          | Cálculo        |
| 0,4 mm                                       |                                                            |                                                            |                |
| 0,5 mm                                       | 45 m <sup>2</sup> por balde<br>36 m <sup>2</sup> por balde | 50 m <sup>2</sup> por balde<br>40 m <sup>2</sup> por balde |                |
| 0,6 mm                                       | 30 m <sup>2</sup> por balde                                | 33 m <sup>2</sup> por balde                                |                |
| Sólidos em Volume %                          | 62                                                         | -                                                          | ASTM D 2697    |
| Tinta Branca e Amarela                       |                                                            |                                                            | ABNT NBR 15438 |
| Outras cores                                 | 58                                                         |                                                            |                |
| Matéria específica, g/cm <sup>3</sup>        | 1,6                                                        | -                                                          | ABNT NBR 15438 |
| VOC- g/L                                     |                                                            | 150                                                        | ASTM D2369     |
| Massa Específica g/cm <sup>3</sup>           | 1,59                                                       |                                                            | NBR 15.438     |
| Fineza Hegman                                | 4                                                          |                                                            | ABNT NBR 15438 |
| Brilho a 60°, unidade                        |                                                            | 20                                                         | ABNT NBR 15438 |
| Tempo de secagem, (no Pick-Up Time), minutos | -                                                          | 20                                                         | ABNT NBR 15438 |
| Identificação do veículo não volátil         | Epóxi Acrílico                                             |                                                            | ABNT NBR 15438 |

O espectrograma de absorção de radiação infravermelhas deve apresentar bandas características de resina acrílica de epóxi.

Tabela 2 – Requisitos qualitativos

| Características | Método | Valores |
|-----------------|--------|---------|
|-----------------|--------|---------|

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

|                                                              |                |                                 |
|--------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------|
| Resistência à abrasão úmida - ciclos                         | ABNT NBR 14940 | > 800                           |
| Resistência à abrasão - Litros                               | ABNT NBR 15438 | Mínimo 80                       |
| Flexibilidade                                                | ABNT NBR 15438 | Inalterada                      |
| Resistência à água                                           | ABNT NBR 15438 | Inalterada                      |
| Resistência à gasolina                                       | ABNT NBR 15438 | Inalterada                      |
| Resistência ao Intemperismo (400h)<br>- cor<br>- integridade | ABNT NBR 15438 | Conforme Tabela 3<br>Inalterada |

Tabela 3 - Cores – Coordenadas de acromaticidade e refletância (Y%)

| Cor      | 1     |       | 2     |       | 3     |       | 4     |       | Y (%)   |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|
|          | x     | y     | x     | y     | x     | y     | x     | y     |         |
| Branca   | 0,355 | 0,355 | 0,305 | 0,305 | 0,285 | 0,325 | 0,335 | 0,375 | Mín. 75 |
| Amarela  | 0,443 | 0,399 | 0,545 | 0,455 | 0,465 | 0,535 | 0,389 | 0,431 | 40 – 55 |
| Azul     | 0,180 | 0,260 | 0,220 | 0,200 | 0,250 | 0,200 | 0,260 | 0,280 | 5 – 15  |
| Vermelha | 0,480 | 0,320 | 0,500 | 0,280 | 0,580 | 0,300 | 0,560 | 0,375 | 10 – 25 |

**Nota:** Utilizar espectrofotômetro com geometria esférica d/8 ou direcional 45°/0° com o iluminante D 65 e ângulo de observação de 10°.

### 4.3.1.2.5. MÉTODOS DE ENSAIO

#### 4.3.1.2.5.1 Avaliação do Pot-life

##### 4.3.1.2.5.1.1 Materiais

- Os materiais utilizados para o método de ensaio são os seguintes:
- Componente A (95 partes em volume);
- Componente B (5 partes em volume);
- Espátula para homogeneizar;
- Viscosímetro Stormer ou Brookfield KU;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- Cronômetro;
- Recipiente com 800 ml de capacidade com tampa;
- Termômetro com precisão de 1 °C.

### 4.3.1.2.5.1.2 Execução do ensaio

- Adicionar o componente B no componente A e homogeneizar por 3 min;
- Ajustar a temperatura da mistura (A + B) para  $(23 \pm 2)$  °C;
- Medir a viscosidade (UK) imediatamente conforme a ABNT NBR 15438 e anotar;
- Deixar a mistura em repouso em recipiente tampado por 24h em ambiente com temperatura de  $(25 \pm 2)$  °C e umidade relativa  $(55 \pm 5)$  %;
- Após passar as 24 h, ajustar a temperatura da mistura (A + B) para  $(25 \pm 2)$  °C e medir a viscosidade.

### 4.3.1.2.5.1.3 Resultado

4.3.1.2.5.2 A mistura após 24 h não pode apresentar incremento de viscosidade superior a 10 unidades Krebs.

## **4.3.2. TINTA ACRÍLICA ESTIRENADA À BASE DE SOLVENTE PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:**

### **4.3.2.1. OBJETO:**

4.3.2.1.1 Este documento especifica as características mínimas exigíveis para fornecimento de tintas destinadas à sinalização horizontal viária, de acordo com a ABNT NBR 12935 - Sinalização horizontal viária — Tinta com resina livre.

### **4.3.2.2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS:**

4.3.2.2.1 Na aplicação desta Norma é necessário consultar:

- NBR 16184 – Microesferas de vidro retrorrefletivas – Especificação.
- NBR 7396 – Material para sinalização horizontal – Terminologia.
- NBR 15405 – Sinalização Horizontal Viária – Tintas – Procedimento para execução da demarcação e avaliação.
- NBR15438 – Tintas para sinalização Horizontal – Tintas– Métodos de ensaio.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### 4.3.2.3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

#### 4.3.2.3.1. REQUISITOS QUANTITATIVOS

Conforme a Tabela 4 abaixo.

#### 4.3.2.3.2. REQUISITOS QUALITATIVOS

Conforme a Tabela 5 abaixo.

Tabela 4 – Requisitos quantitativos

| Requisitos                                                                 | Mínimo                                                | Máximo | Método     |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--------|------------|
| Consistência (UK)                                                          | 75                                                    | 95     |            |
| Sólidos em volume                                                          | 53                                                    | -      | ASTM D2697 |
| <b>Espessura úmida</b><br>0,4 mm espessura úmida<br>0,6 mm espessura úmida | <b>Rendimento</b><br>45m² por balde<br>30m² por balde |        | NBR 15.438 |
| Estabilidade na armazenagem, alteração de consistência (UK)                | -                                                     | 10     |            |
| Massa específica, g/cm³                                                    | 1,30                                                  | 1,45   | NBR 15.438 |
| Tempo de secagem, No Pick-Up Time, minutos                                 | -                                                     | 30     | Estimado   |
| Resistência à abrasão, L                                                   | 80                                                    | -      | NBR 15.438 |
| Brilho a 60°, unidade                                                      | -                                                     | 20     |            |
| Veículo                                                                    | Resina Acrílica                                       |        | NBR 15.438 |

Tabela 5 – Requisitos qualitativos

| Requisitos           | Valores    |
|----------------------|------------|
| Flexibilidade        | Inalterada |
| Sangramento          | Ausência   |
| Resistência à água   | Inalterada |
| Resistência ao calor | Inalterada |

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

|                                                       |                           |
|-------------------------------------------------------|---------------------------|
| Resistência à luz, 100h<br><br>- Cor<br>- Integridade | Leve alteração Inalterada |
|-------------------------------------------------------|---------------------------|

**Nota:** As cores da tinta devem apresentar valores de coordenadas de acromaticidade (x e y) dentro da área definida pelos valores descritos na tabela 6, ensaiados conforme ABNT NBR 15438.

Tabela 6 – Cores – Coordenadas de Cromáticas

| Cor      | MUNSELL         | 1     |       | 2     |       | 3     |       | 4     |       |
|----------|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|          |                 | x     | y     | x     | y     | x     | y     | x     | y     |
| Branco   | N 9,5           | 0,355 | 0,355 | 0,305 | 0,305 | 0,285 | 0,325 | 0,335 | 0,375 |
| Amarelo  | 10 YR<br>7,5/14 | 0,443 | 0,399 | 0,545 | 0,455 | 0,465 | 0,535 | 0,389 | 0,431 |
| Preta    | N 0,5           | -     |       |       |       |       |       |       |       |
| Azul     | 2,5 PB 4/10     | 0,180 | 0,260 | 0,220 | 0,200 | 0,250 | 0,200 | 0,260 | 0,280 |
| Vermelho | 7,5 R 4/14      | 0,480 | 0,320 | 0,500 | 0,280 | 0,580 | 0,300 | 0,560 | 0,375 |

**Nota:** Seguir o Manual Brasileiro de Sinalização Horizontal de Trânsito CONTRAN, Volume IV – Sinalização Horizontal.

### 4.3.2.3.3. CONSISTÊNCIA

4.3.2.3.3.1 Para a determinação da consistência deve ser utilizada a NBR 12027 ou NBR 15438.

### 4.3.2.3.4. ESTABILIDADE NA ARMAZENAGEM

4.3.2.3.4.1 Para a determinação da estabilidade deve ser utilizada a NBR 5830

### 4.3.2.3.5. DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE SECAGEM

4.3.2.3.5.1 Para determinação do tempo de secagem deve ser utilizada a NBR 12033 ou NBR 15438.

### 4.3.2.3.6. DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À ABRASÃO

4.3.2.3.6.1 Para determinação da resistência à abrasão deve ser utilizada a NBR 12034 ou NBR 15438.

**4.3.2.3.7. DETERMINAÇÃO DA MASSA ESPECÍFICA**

4.3.2.3.7.1 Para determinação da massa específica deve ser utilizada a NBR 5829.

**4.3.2.3.8. DETERMINAÇÃO DA FLEXIBILIDADE**

4.3.2.3.8.1 Para a determinação da flexibilidade deve ser utilizada a NBR 12036 ou NBR 15438.

**4.3.2.3.9. DETERMINAÇÃO DO SANGRAMENTO**

4.3.2.3.9.1 Para a determinação do sangramento deve ser utilizada a NBR 12037 ou NBR 15438.

**4.3.2.3.10. DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À ÁGUA**

4.3.2.3.10.1 Para a determinação da resistência à água deve ser utilizada a NBR 12038 ou NBR 15438.

**4.3.2.3.11. DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA AO CALOR**

4.3.2.3.11.1 Para a determinação da resistência ao calor deve ser utilizada a NBR 12039 ou NBR 15438.

**4.3.2.3.12. DETERMINAÇÃO DA COR**

4.3.2.3.12.1 Para a determinação da resistência ao calor deve ser utilizada a NBR 12934 ou NBR 15438.

**4.3.2.3.13. DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À LUZ**

4.3.2.3.13.1 Para determinação da resistência à luz deve ser utilizada a NBR 12933.

**5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA MICROESFERAS DE VIDRO**

**5.1. MICROESFERAS DE VIDRO**

5.1.1 Podem ser fornecidas em sacos de papel ou plástico, devendo ter internamente um saco de polietileno, cuja embalagem externa deve conter as seguintes informações:

- Microesferas ou esferas de vidro, tipo (classificação);
- Especificações a que satisfaz;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

- Nome do fabricante;
- Lote de fabricação;
- Quantidade de microesferas ou esferas de vidro em quilograma

5.1.2 São adicionadas à tinta de demarcação viária a fim de produzir retrorrefletorização da luz incidente proveniente dos faróis dos veículos, devendo atender a NBR 6831 ou NBR 16184.

5.1.3 O padrão de retrorrefletância inicial, avaliado pela NBR 14723, deve ser igual ou maior que 300mcd/lux/m<sup>2</sup> para demarcação na cor branca e igual ou maior que 250mcd/lux/m<sup>2</sup> para demarcação na cor amarela;

### 5.2. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO

5.2.1 O lote deve ser aceito quando cumprir todos os requisitos desta Norma, caso contrário, deve ser rejeitado.

5.2.2 O cliente pode rejeitar total ou parcialmente o lote fornecido por meio da inspeção visual no ato do recebimento.

5.2.3 Exclusivo critério do cliente pode ser dispensado um ou mais ensaios para o recebimento de material.

### 5.3. EMBALAGENS

5.4.1 Deve ser fornecida em embalagens papel ou plásticas.

5.4.2 Estes recipientes devem trazer no seu rótulo, bem legível e de fácil compreensão, as seguintes informações atendendo à ABNT NBR 14725-3:

- Nome do produto: tinta para sinalização viária;
- Nome comercial;
- Identificação do produto e telefone de emergência do fornecedor;
- Composição química;
- Pictograma(s) de perigo;
- Palavra de advertência;
- Frase(s) de perigo;

- Frase de precaução;
- Data de fabricação;
- Prazo de validade;
- Lote de fabricação;
- Nome e endereço do fabricante;
- Quantidade contida no recipiente.

### 5.4. FISPQ

5.5.1 A FISPQ de cada componente deve fornecer as informações sobre a substância ou mistura nas seções a seguir, cujos títulos-padrão, numeração e sequência não podem ser alterados, atendendo à ABNT NBR 14725-4:

- Identificação;
- Identificação de perigos;
- Composição e informações sobre os ingredientes;
- Medidas de primeiros socorros;
- Medidas de combate a incêndio;
- Medidas de controle para derramamento ou vazamento;
- Manuseio e armazenamento;
- Controle de exposição e proteção individual;
- Propriedades físicas e químicas;
- Estabilidade e reatividade;
- Informações toxicológicas;
- Informações ecológicas;
- Considerações sobre destinação final;

- Informações sobre transporte;
- Informações sobre regulamentações;
- Outras informações.

### 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1 Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu 50% de **Tinta refletiva acrílica à base em solvente na cor “branca” e Tinta à base de resina acrílica emulsão em água na cor “branca”** compatíveis com o objeto da licitação.
- 6.2 Nas embalagens devem conter laudo de aprovação das tintas, completo, com requisitos quantitativos e qualitativos, nas cores: branca, amarela, preta, azul e vermelha, emitidos por laboratório credenciado pela ABIPTI/ INMETRO; bem como da respectiva microesfera de vidro e solvente.
- 6.3 Será solicitado aos licitantes provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.
- 6.4 Certificado de Regularidade/ Cadastro Técnico Federal do FABRICANTE, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Lei Federal 10.165/00.

### 7. CATÁLOGOS E RELATÓRIOS DE ENSAIOS

- 7.1 Após as fases de lance onde determinará a empresa classificada em 1º lugar do certame, a mesma será convocada para enviar, em meio digital e em língua portuguesa, por meio do sistema eletrônico (upload), no prazo de até 2 (duas) horas, podendo ser solicitado dilação de prazo dentro do chat, ficando a critério do pregoeiro, para análise preliminar, o CATÁLOGO do item ofertado, bem como, caso também se trate de materiais referidos no item 01 seu respectivo RELATÓRIO DE ENSAIO/LAUDO TÉCNICO emitidos por laboratório credenciado pela ABIPTI/ INMETRO, contendo todo detalhamento e especificações exigidas no Termo de Referência, no qual serão analisadas pela equipe técnica da SESDEM. Com a aprovação será emitido documento com a aceitação, assim ficando autorizado a adjudicação.
- 7.2 Somente em caso de comprovada indisponibilidade do sistema, mediante autorização do Pregoeiro, será aceito o envio da documentação que deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico oficial, registrando-se o fato em processo administrativo;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.3 A licitante que não encaminhar o catálogo e o relatório de ensaios no prazo determinado conforme o item 7.1 deste termo, será automaticamente desclassificada, ocasião em que será convocada a licitante seguinte, até que se encontre uma licitante apta ao envio da amostra;
- 7.4 A avaliação será realizada com base nos critérios, abaixo descritos:
- 7.4.1 Os itens oferecidos para análise devem corresponder, com precisão, as especificações previstas no Termo de Referência e aos descritivos contidos na proposta da empresa 1ª (primeira) classificada;
- 7.5 Os itens, que se apresentem em desacordo com as especificações não serão apreciadas, implicando na desclassificação da proposta apresentada pela empresa, em virtude do não atendimento às condições estipuladas no edital.
- 7.6 Caso os itens apresentados não estejam de acordo com o termo de referência, a prefeitura poderá convocar a 2ª (segunda) classificada, e assim sucessivamente, não cabendo à licitante desclassificada qualquer indenização ou direito, seja a que título for.
- 7.7 Após emissão de parecer definitivo pelo setor competente em conjunto com o gestor do contrato sobre os itens apresentados, o Pregoeiro dará prosseguimento à fase de habilitação do certame.

### 8. JUSTIFICATIVA POR LOTE

- 15.12. À luz da Lei nº 14.133/2021, para efeito da concretização da formação da ata de registro de preços objeto do presente Termo, será utilizado procedimento licitatório na modalidade “**Pregão**”, na forma “**Eletrônica**”, com modo de avaliação das propostas pautado no critério do “**menor preço**”.
- 15.13. A respeito dos critérios adotados para a constituição do lote, verificou-se que os itens objeto do lote anteriormente constituído apesar de aparentemente serem divisíveis, vislumbra-se que na presente finalidade se afiguram tecnicamente indivisíveis, muitos menos seria economicamente viável sua divisão. E, ainda, a fiscalização de contratos diversos para o mesmo objeto, necessitaria de maior número de servidores. Ademais, a efetiva prestação dos serviços por uma única empresa facilita à Administração Pública o controle contratual, conforme Súmula 247, TCU.
- 15.14. É mister considerar dois dos aspectos básicos citados acima, aspectos: técnico e econômico. No que concerne ao primeiro quesito, ressalta-se que não haveria aproveitamento discrepante com a divisão deste serviço, ao contrário, acarretaria riscos de comprometimento da qualidade. Ainda sob a perspectiva técnica, impende lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, a qual considera-se adequada não apenas em vista do

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

acompanhamento de problemas e soluções, mas mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Por outras palavras, em vista das razões técnicas, a execução do serviço objeto destes instrumentos, de forma integralizada, por um só se mostra mais satisfatória do que a se fosse efetuada por vários, no presente caso. À guisa concatenada, do serviço que se vislumbra contratar, revelando risco de impossibilidade de execução satisfatória do serviço.

- 15.15. É cediço que a regra é o parcelamento do objeto de que trata o § 2º inciso I, II e III do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que se estabeleça que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável. Do contrário, existindo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, não há razão em fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados. Assim, não verificada a coexistência das premissas de viabilidade técnica da divisão e benefícios econômicos que dela decorram, reputa-se que o melhor encaminhamento a ser dado à questão é no sentido de que o objeto seja licitado por lote. Registre-se que não se está defendendo aqui que se trata de um objeto complexo e indivisível, mas de objeto cujo elementos técnicos e econômicos deste caso condizem com o seu não-parcelamento.
- 15.16. Somente serão aceitas as propostas que atenderem plenamente ao Edital e aos seus anexos, especialmente, às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 15.17. Portanto, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, não serão aceitas as propostas que forem consideradas tecnicamente, inferiores, pelo requisitante.

### **9. PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL**

- 9.1 O material terá o prazo de entrega de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da nota de empenho por esta secretaria.
- 9.2 O material deverá ser entregue na SESDEM (Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito) da Prefeitura do Município de Mossoró ou em local a ser definido (no perímetro urbano da cidade), podendo ser parcelado as entregas, conforme ordem de serviço emitida pelo Departamento de engenharia de Tráfego, setor pertencente à SESDEM/PMM.

### **10. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS / SERVIÇO.**

- 10.1 O material deverá ser novo e entregue acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume,

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência e bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

10.2 A empresa vencedora deverá entregar os produtos em no máximo 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho;

10.3 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada;

10.4 Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

- Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 3 deste Termo de Referência e/ou da proposta vencedora;
- Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
- Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

10.5 Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo DET/SEDEM;

10.6 A contratada será responsável pelo transporte dos respectivos objetos até a entrega definitiva à esta secretaria SEDEM, localizada na Rua Felipe Camarão Nº 968, Doze Anos, Mossoró-RN, com funcionamento das 07:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta.

10.7 No ato da entrega dos materiais solicitado, este órgão poderá retirar um balde de cada cor aleatoriamente pela equipe técnica desta secretaria, para que seja feita a análise de acordo com a norma exigida neste Termo de Referência.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A empresa contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;

11.2 A empresa não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

11.3 A empresa deverá fornecer todos os documentos pertinentes à aquisição do material solicitados pela contratante ou seus fiscais;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 11.4 O serviço de entrega será executado durante horário e dias normais de expediente da CONTRATANTE, quais sejam, de segunda à sexta feira das 7h0
- 11.5 0 às 17h00 horas.
- 11.6 A eventual entrega fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço.
- 11.7 Garantia do material por um 6 (seis) meses, após a entrega técnica.

### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1 Disponibilizar todas as informações necessárias para aquisição correta do material;
- 12.2 Definir o local de entrega dos materiais, que será no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - SESDEM, localizada na Rua Felipe Camarão Nº 968, Doze Anos, Mossoró-RN, com funcionamento 07:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta;
- 12.3 Fiscalizar o cumprimento das obrigações, no que se refere à aquisição do objeto, conforme descrito no item 3 deste termo;
- 12.4 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos equipamentos;
- 12.5 Solicitar à empresa contratada a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo com o especificado ou insatisfatório;
- 12.6 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias financeiras em vigor;

### **13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 13.1 O prazo de vigência da ata será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes desde que comprovada a vantajosidade dos preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A duração do contrato poderá ter vigência de 12 (doze) meses pode ser prorrogado, conforme disciplinam os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitando o limite estabelecido em lei.
- 13.2 Os serviços descritos neste termo são caracterizados como serviços continuados, uma vez que seu uso pode se estender por mais de um exercício financeiro.

### **14. ESTIMATIVA DO VALOR**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

14.1 A previsão inicial para a aquisição dos materiais e equipamentos é de R\$ 384.036,51 (trezentos e oitenta e quatro mil, trinta e seis reais e cinquenta e um centavos).

### **15. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

15.1 Conforme o Artigo 140 da 14.133/21:

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

### **16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação(ões) orçamentária(s) própria(s), prevista(s) no Orçamento Geral do Município, na classificação abaixo:

Ação: 2736 – Gestão da Mobilidade

Natureza: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 17520000 – Recursos vinculados ao trânsito.

15000000 – Recursos não vinculados de impostos

Unidade Orçamentária: 17.101 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO.

### **17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

17.1 O detentor da Ata, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado conforme a Lei de nº 14.133/2021 quando:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

17.1.1. não cumprir as obrigações da presente do Ata.

17.1.2. não assinar a ata no prazo estabelecido por esta secretaria sem justificativa aceitável.

17.1.3. não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado.

### 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará a Contratada às penalidades previstas em lei, conforme o disposto abaixo.

18.2 Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada que:

18.2.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.2.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.2.3 dar causa à inexecução total do contrato;

18.2.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.2.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.2.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.2.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.2.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

18.3 Com fulcro nos arts. 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão Contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) multa compensatória de 15% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o Município de Mossoró por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.4 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante à Contratada, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente. As sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” e “g” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa das alíneas “b”, “c” e “d”.

18.5 As penalidades previstas nesta cláusula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a” até “e” poderão ser interpostos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

18.7 No caso das penalidades previstas nas alíneas “f” e “g”, caberá pedido de reconsideração à autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

18.8 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133/2021, as empresas e/ou profissionais que:

- 18.8.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.8.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.8.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784/1999.

18.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### 19. FORMAS DE PAGAMENTO

- 19.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias a contar do atesto da Nota Fiscal, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à Contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
- 19.2. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Solicitante/Contratante.
- 19.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à contratada e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública.
- 19.4. Para efeito de pagamento das parcelas será efetuada a medição dos serviços pela Fiscalização da SESDEM, previamente à emissão da fatura correspondente, condicionando o pagamento ao valor dos serviços efetivamente realizados.

### 20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 20.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21 e em atendimento ao disposto no art. 125 da Lei Complementar Municipal nº 190/2023, ficam designados os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato decorrente da presente contratação, conforme segue:

#### 20.1.1. Gestor do Contrato: Luís Eciraldo Correia

20.1.1.1. Compete ao Gestor do Contrato acompanhar a execução global do ajuste, adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e promover a interlocução entre a contratada e a Administração.

#### 20.1.2. Fiscal do Contrato: Antônio Aldaberto Jales

20.1.2.1. Compete à Fiscal do Contrato acompanhar e atestar a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais, comunicar irregularidades e registrar ocorrências pertinentes, zelando pela conformidade técnica, administrativa e financeira do contrato.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 20.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;
- 20.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 20.4. A contratada deverá fornecer meios de contatos via, e-mail, whatsapp, ou outra plataforma de comunicação para GEEV/SESDEM, direcionado para seu e-mail [det\\_sesem@prefeiturademossoro.com.br](mailto:det_sesem@prefeiturademossoro.com.br).

### 21. DO REAJUSTE

- 21.1. Os preços dos serviços objeto deste contrato poderão ser reajustados observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base vinculada ao orçamento estimado para o certame, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste aplicado.
- 21.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal do CONTRATADO, tomando-se como referência o **INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)**, calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- 21.3. O direito ao reajuste será precluso caso a solicitação seja apresentada após a extinção do contrato.
- 21.4. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito do CONTRATADO.

### 22. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ME/EPP

- 21.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser contratado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.
- 21.2. Apresenta-se justificativa quanto à não participação de consórcios de empresas no processo, nos termos do art. 112 da Lei Municipal Complementar nº 190/2023, o qual prevê que a admissão de consórcios constitui faculdade da Administração,

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

condicionada à análise de conveniência, oportunidade e compatibilidade com o objeto contratado.

- 21.3. No caso em exame, a vedação à participação de consórcios decorre das características do objeto, que exige execução integrada, coordenação direta e responsabilidade técnica e contratual unificada. A participação consorcial poderia acarretar maior complexidade na gestão e fiscalização do contrato, bem como dificuldades na apuração de responsabilidades, sem que haja necessidade técnica ou operacional que a justifique.
- 21.4. Ressalte-se que o objeto pode ser plenamente executado por empresas individualmente constituídas, não havendo prejuízo à competitividade do certame, tampouco afronta aos princípios da isonomia, da eficiência e do interesse público. Assim, considera-se devidamente motivada e juridicamente adequada a opção administrativa pela não admissão de consórcios no presente processo.
- 21.5. Será permitida participação de ME/EPP.
- 21.6. Para o critério de desempate será observado no Art. 144 da Lei Complementar 190/2023 e Art. 60 da Lei 14.133/21.

### 23. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- 23.1. O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICO, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 23.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o fornecimento de tintas de demarcação viária, tiner e microesferas de vidro justifica-se pela necessidade de contratações contínuas e parceladas, devido à demanda variável ao longo do ano, e pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato. Além disso, o SRP permite atendimento a diferentes setores da Administração Municipal, garantindo flexibilidade, eficiência e economicidade na execução da sinalização viária no município de Mossoró/RN, em conformidade com o Decreto nº 11.462/2023.

### 24. TIPO DE LICITAÇÃO

- 24.1. O tipo de licitação será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, apurado com base no critério de julgamento ofertado sobre a tabela de referência SICRO referente ao Estado do Rio Grande do Norte, obtido durante a disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório, conforme condições previstas neste instrumento;

### 25. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. A GEEV **não se obriga** a contratar todos os itens e as quantidades licitadas. Os serviços serão solicitados conforme as necessidades, através de Ordem de Serviço.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Mossoró-RN, 24 de fevereiro de 2026

### DESPACHO

De acordo com a legislação vigente, **APROVO e AUTORIZO** o presente Termo de Referência.

**WALMARY COSTA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D.  
CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

### ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.001199/2025-29**

SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/20XX, ÀS XXHXXMIN.

LOCAL: XXXX

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

|                                             |                                     |
|---------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>NOME DE FANTASIA:</b>                    |                                     |
| <b>RAZÃO SOCIAL:</b>                        |                                     |
| <b>CNPJ:</b>                                |                                     |
| <b>INSC. EST.:</b>                          |                                     |
| <b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b> |                                     |
| <b>ENDEREÇO:</b>                            |                                     |
| <b>BAIRRO:</b>                              | <b>CIDADE:</b>                      |
| <b>CEP:</b>                                 | <b>E-MAIL:</b>                      |
| <b>TELEFONE:</b>                            | <b>FAX:</b>                         |
| <b>CONTATO DA LICITANTE:</b>                | <b>TELEFONE:</b>                    |
| <b>BANCO DA LICITANTE:</b>                  | <b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b> |
| <b>Nº DA AGÊNCIA:</b>                       |                                     |

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

| ITENS              | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT. | UNIDADE | VALOR<br>UNITÁRIO R\$ | VALOR<br>TOTAL R\$ |
|--------------------|-----------|-------|--------|---------|-----------------------|--------------------|
| 1.                 |           |       |        |         |                       |                    |
| TOTAL POR EXTENSO: |           |       |        |         |                       |                    |

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do edital desse processo.
- 4 Que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores da **Prefeitura Municipal de Mossoró/RN**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA Nº XXX/20XX DE REGISTRO DE PREÇO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o 44.647.538/0001-68, com sede na Rua Felipe Camarão, neste ato representado(a) pelo Secretário(a) WALMARY COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº **XX/202X- SESDEM**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 190/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO:

**1.1** A presente Ata tem por objeto Formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual Fornecimento de Tintas e Microesferas, especificados(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº XX/2025 - SESDEM, que é parte integrante desta Ata, assim com as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Fornecedor: xxxxxxxxxxxxxx               |           |                        |                |                     |                  |                 |
|------------------------------------------|-----------|------------------------|----------------|---------------------|------------------|-----------------|
| CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx                     |           | Telefone: xxxxxxxxxxxx |                | Email: xxxxxxxxxxxx |                  |                 |
| Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |           |                        |                |                     |                  |                 |
| Representante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx    |           |                        |                |                     |                  |                 |
| Item                                     | Descrição | Marca                  | Unidade Medida | Quant.              | Preço Unit.(R\$) | Vlr. Total(R\$) |
|                                          |           |                        |                |                     |                  |                 |
|                                          |           |                        |                |                     |                  |                 |

**Valor Total: R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO.**

### 4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, exceto nos casos previstos no art. 17, §5º da Lei Municipal 190 de 2023; e
- 4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA**

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica, ou em caso de assinatura manuscrita, da data da homologação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, indicando expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.2.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.5.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.1 Mantiverem sua proposta original.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

- 5.5.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.6 O registro a que se refere o item 5.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.7 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.8 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.5.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.8.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 5.8.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.9 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.10 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.10.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.11 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.8, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.5.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
  - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
    - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

- 7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
  - 7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
  - 7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
  - 7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
  - 7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
  - 7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

- 7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### **9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 9.4.1 Por razão de interesse público;
  - 9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10 DAS PENALIDADES

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
  - 10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

- 10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 11.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Mossoró – RN, xx de xxxxxx de 20XX.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E  
TRÂNSITO**

---

**FORNECEDOR**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º XX/ 20XX QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL.  
MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO,, E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXX PARA A  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO,,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.647.538/0001-68, com sede na Rua Felipe Camarão, neste ato representado(a) pelo Secretário(a) WALMARY COSTA, nomeado(a) pela Portaria nº xx de xxxxxx de xxxx.

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecido [inserir endereço completo], representado pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], portador (a) do CPF (MF) n.º \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social]  
Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a Formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual Fornecimento de Tintas e Microesferas.

**1.2.** Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|------|---------------|-------------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1    |               |                         |            |                   |                |
| 2    |               |                         |            |                   |                |
| 3    |               |                         |            |                   |                |
| ...  |               |                         |            |                   |                |

**1.3** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1** O Termo de Referência;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da ata será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes desde que comprovada a vantajosidade dos preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A duração do contrato poderá ter vigência de 12 (doze) meses pode ser prorrogado, conforme disciplinam os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitando o limite estabelecido em lei.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1** As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1 São obrigações do Contratante:
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período., nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.13 Disponibilizar todas as informações necessárias para aquisição correta do material;
- 8.14 Definir o local de entrega dos materiais, que será no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - SESDEM, localizada na Rua Felipe Camarão Nº 968, Doze Anos, Mossoró-RN, com funcionamento 07:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta;
- 8.15 Fiscalizar o cumprimento das obrigações, no que se refere à aquisição do objeto, conforme descrito no item 3 deste termo;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.16 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos equipamentos;

8.17 Solicitar à empresa contratada a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo com o especificado ou insatisfatório;

### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada deverá ainda:

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3. Fornecer e instalar os equipamentos e estruturas com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela contratante, cumprindo a legislação pertinente.

9.4. Manter os dados de contato e representação devidamente atualizados perante a Contratante, em especial aqueles relativos ao preposto e endereços físicos e eletrônicos.

9.5. Manter a regularidade jurídica, econômica, financeira e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato, e cumprir fielmente todas as disposições constantes no Termo de Referência, no Edital de licitação e no Contrato.

9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7. Submeter-se à fiscalização da Contratante e designar preposto para atender as solicitações da Contratante na execução do contrato;

9.8. Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.9. Atender as convocações da Contratante cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação seja na hipótese de assinatura de contratos e/ou aditivos;

9.10. Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em contrato e/ou autorização de compra expedida pela Contratante, atendendo todas as condições previstas no Termo de Referência e no Edital de licitação;

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

- 9.11. Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos;
- 9.12. Substituir em até 30 (trinta) dias os equipamentos que, após a entrega, apresentarem defeitos ou apresentarem durante o período de garantia, podendo ser dilatado este prazo por mais 30 (trinta) dias caso haja a prévia anuência da contratante;
- 9.13. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.14. Responder, integralmente, por perdas e danos a que vier a causar à Administração Pública ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 9.15. Substituir, reparar e/ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.19. Manter o sigilo sobre quaisquer informações às quais tenha acesso em razão da execução do contrato;
- 9.20. A empresa contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;
- 9.21. A empresa não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 9.22. A empresa deverá fornecer todos os documentos pertinentes à aquisição do material solicitados pela contratante ou seus fiscais;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

9.23. O serviço de entrega será executado durante horário e dias normais de expediente da CONTRATANTE, quais sejam, de segunda à sexta feira das 7h00 às 17h00 horas.

9.24. A eventual entrega fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço.

9.25. Garantia do material por um 6 (seis) meses, após a entrega técnica.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.2** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.2.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.3.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**12.3.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3** Indenizações e multas.

**12.4** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**12.5** O CONTRATANTE poderá ainda:

**12.5.1** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**12.5.2** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**12.6** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**13.1.1** Gestão/Unidade:

**13.1.2** Fonte de Recursos:

**13.1.3** Programa de Trabalho:

**13.1.4** Elemento de Despesa:

**13.1.5** Plano Interno:

**13.1.6** Nota de Empenho:

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e,

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

**15.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Municipal 190 de 2023 e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.4** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.5** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**17.2.** Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXX, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

**Mossoró – RN, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.**



## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E  
TRÂNSITO  
CONTRATANTE

CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

RG:

NOME:

CPF:

RG: